DIRETRIZES/ PRINCÍPIOS

As diretrizes para a restauração no Bioma Pantanal devem abranger uma abordagem integrada pensando na BAP.
Considerando não apenas a recuperação da vegetação nativa, mas também a gestão sustentável do uso do solo, o controle de atividades impactantes e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis.
A implementação de ações de restauração deve levar em conta a participação ativa das comunidades locais, reconhecendo seus conhecimentos tradicionais e promovendo o desenvolvimento sustentável.
Além disso, é imperativo estabelecer parcerias colaborativas entre instituições governamentais, ONGs, setor privado e a sociedade civil para garantir uma abordagem abrangente e eficaz.

O pacto constitui-se numa visão de futuro e de planejamento em defesa do Pantanal, que deve ter os seguintes fundamentos para a sua construção:

(1) Fortalecimento das instituições locais/regionais para a implementação das ações que serão construídas ao longo do pacto.

.(2) Compromissos em torno de metas: A efetividade dos compromissos pactuados entre as partes dependerá, em boa medida, da clara definição dos objetivos a serem atingidos e, não menos importante, da possibilidade de sua averiguação ao longo do tempo. Para tanto, torna-se essencial traduzi-los em metas (intermediárias e finais), definindo-se os respectivos responsáveis, escopo (condições de sucesso) e prazos.

(3) Metas associadas à visão de futuro (prognóstico): Não há o que se falar sobre integração ou cooperação federativa, sem que haja visão de futuro sobre os desafios a serem enfrentados. É a partir dos elementos desse prognóstico que se poderão definir as metas de desenvolvimento institucional e de controle de aspectos de qualidade e quantidade de água.

(4) Metas definidas de forma consensual: todas as instituições e segmentos participantes da construção do pacto devem se comprometer a definir metas de forma consensual para atingir os objetivos do pacto. Estas metas serão definidas a partir do diagnóstico da região que será construído de forma consensual e participativa.

(5) a promoção do diálogo entre os diferentes setores da sociedade como forma de construção de um consenso social e uma visão estratégica sobre os objetivos e os instrumentos para a consolidação do pacto;

(6) o respeito e o fortalecimento às instâncias de participação social;

(7) a fundamentação técnica como ferramenta de explicitação de conflitos de interesses e a identificação de alternativas de soluções viáveis para a resolução dos problemas;

(8) o reconhecimento da água e. do Pantanal como portador de múltiplos valores, tais como, o ambiental, econômico, o social, o político e o cultural;

(9) o reconhecimento de que o conjunto de instituições e entidades comprometidas com a gestão das águas no Estado deve ser ampliado.

(10) O reconhecimento e o respeito à diversidade de saberes e experiências existentes na bacia do Alto Paraguai.

PRINCÍPIOS

Os princípios orientadores para a restauração no Bioma Pantanal devem incluir a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a viabilidade econômica.
As ações devem ser baseadas em conhecimentos científicos atualizados, respeitando os ecossistemas locais e promovendo a resiliência frente às mudanças climáticas.
A transparência e a prestação de contas são fundamentais, garantindo que todas as partes interessadas estejam envolvidas e informadas sobre o progresso e os resultados da restauração.
A flexibilidade nas abordagens e a capacidade de adaptação às realidades e desafios, são cruciais para o sucesso a longo prazo da restauração no Bioma Pantanal e no Planalto da Bacia do Alto Paraguai.

§ Fortalecer a integração e articulação das instituições nacionais, regionais e locais;

§ Fortalecer os segmentos para a construção, participação do pacto e o desenvolvimento sustentável da região;

§ Capacitar sociedade civil, representantes do setor privado e do setor público com o objetivo de construção do pacto pela restauração do Pantanal;

§ Fortalecer a cultura local para o desenvolvimento regional sustentável econômica, social e ambiental;

§ Conservar solo e água com a recomposição de matas ciliares em microbacias;

§ Proteger áreas de recarga de aquíferos, por meio de recuperação e/ou conservação de áreas de drenagens e cabeceiras;

§ Fortalecer a mobilização da sociedade para elaborar políticas públicas em defesa do Pantanal.

§ Promover informações sobre linhas de financiamento e boas práticas de conservação. (EX, Plano Agricultura de Baixo Carbono, Programa Produtor de Água, etc).